

## O CANGAÇO NA LITERATURA DE CORDEL E A BUSCA POR UMA IDENTIDADE REGIONALISTA DO NORDESTE (1950-1980)

PETER DE GÓES GARCIA\*

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo relacionar a temática do cangaço, abordada na literatura de cordel, à constituição de uma identidade regionalista do Nordeste entre as décadas de 1950 e 1980. Para o desenvolvimento deste artigo apresentarei o contexto político-social nordestino das primeiras décadas do século XX, ambiente esse responsável pela emergência dos discursos regionalistas, apoiados em sua defesa e preservação das tradições estritamente regionais. O tratamento desses aspectos se configura indispensável para o estabelecimento de relações entre a cultura conservadora do nordestino e a figura dos cangaceiros, esses últimos apresentados como símbolos regionais de coragem, bravura e valentia. Desse modo, atento para a identificação do leitor nordestino do cordel a esses atributos inerentes aos principais representantes do cangaço, possibilitando o reconhecimento desses receptores às mesmas qualidades dos cangaceiros reproduzidas nesses versos populares. Permitindo, da mesma maneira, o recrudescimento de um sentimento de pertença, por parte do nordestino, aos valores tradicionais da sua região.

**Palavras chaves:** Regionalismo; Cangaço; Literatura de Cordel.

**Abstract:** This project to relate the theme of banditry, discussed in cordel literature, the establishment of a regionalist identity of the Northeast from the 1950s and 1980s. For the development of this article will present the northeastern socio-political context of the early twentieth century, this environment responsible for the emergence of regionalist discourses, supported by its defense and preservation of regional traditions strictly. The treatment of these aspects is configured indispensable for the establishment of relations between the conservative culture of the Northeast and the figure of the bandits, the latter presented as

---

Artigo recebido em 24 de Novembro de 2013 e aprovado para publicação em 16 de Janeiro de 2014.  
Trabalho apresentado na mesa *Literatura e Identidade no Século XX*

\* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores. Bolsista CAPES. E-mail: peterg\_garcia@hotmail.com

regional symbols of courage, bravery and valor. Thus, attention to the identification of the northeastern reader twine to these attributes inherent to the main representatives of the highwaymen, allowing the recognition of these receptors to the same qualities of outlaws reproduced these popular verses. Allowing, the same way, the resurgence of a sense of belonging, by the northeastern, to the traditional values of their region.

**Keywords:** Regionalism; Banditry; Cordel Literature.

## Introdução

Quem nunca teve um familiar ou amigo próximo, vindo do Nordeste, que vive a elogiar os costumes da sua região? Que ao visitar os principais centros de tradição nordestina se dirige ao local reservado para as fotos com a indumentária de Lampião? Que tem no chapéu de cangaceiro uma das principais manifestações de valorização da sua região de origem? A partir dessas indagações somo outras diferentes perguntas. Quais as razões para que o nordestino seja tão apegado as suas tradições? Como e quando surgiram as principais vanguardas em nome da defesa desses valores tradicionais? Qual o sentido de contemplar cangaceiros, marcados oficialmente na história nacional a partir da violência e da barbárie, como símbolos regionais de luta e resistência? Ter o saudosismo como resposta a essa série de questões ainda me parece insuficiente, visto que ignora a complexidade de uma região que, como qualquer outra, tem suas especificidades que não a tornam isolada e imersa no mapa. Antes de tudo é imprescindível, reconhecendo as visíveis diferenças culturais entre as regiões nacionais, atentar para o recorrente diálogo entre as mesmas. É esse elo inter-regional que me permite investigar como o cangaço passa a se configurar como elemento que afirma e reitera uma identidade regionalista no Nordeste brasileiro.

Através dessa proposição que considera a unidade nacional como um conjunto de especificidades divididas por fronteiras, destaca-se como necessário perceber o Nordeste através da ótica de uma região dotada de traços e características próprias. O que inviabiliza sua percepção e dos indivíduos a partir do caráter de vitimização. Essa concepção se configura como fundamental para a reformulação da nossa consciência do que é o Nordeste, distante da compreensão reducionista e generalizante que imagina a região somente pela seca, cactos, chão rachado e ossadas de animais dizimados pela sede. Em outras palavras, investigando a região nordestina tem-se “a simbiose do novo e do velho, do dinâmico e do tradicional, gestando a complexidade do tecido social nordestino” (CARVALHO, 2002: 9).

Por mais que seja constituído de boa intenção, o olhar direcionado ao nordestino como vítima só pode ter um único resultado: o preconceito.

No que se refere à formação de estereótipos, percebidas como “um problema para a representação do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais” (BHABHA, 1998: 117), o autor Durval Muniz de Albuquerque os define e caracteriza pela seguinte perspectiva:

O discurso de estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e auto-suficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo (ALBUQUERQUE, 1999: 20).

Nesse sentido, este trabalho tem como pretensão a produção de um conhecimento que, negando a compreensão de um dado lugar e indivíduos nele inseridos por estereótipos, concebe o conceito identidade a partir do seu caráter complexo, múltiplo e plural (HALL, 2000: 13). Por essa razão, ciente da existência de inúmeras identidades, ao me remeter a tal conceito utilizarei o artigo “uma”, na referência ao objeto de pesquisa que busco investigar nas próximas páginas.

No que concerne aos objetivos propostos nesse trabalho, buscarei delinear de que forma o cangaço, representado na literatura de cordel entre as décadas de 1950 e 1980, se configura como fenômeno indispensável à afirmação de uma identidade regionalista no Nordeste. A referência ao termo “afirmação” diz respeito à reiteração de matrizes propostas ainda nas décadas de 1920 e 1930, pela vanguarda regionalista *Freyreana* e pelos temas regionais na Literatura.

Por que a opção pelo recorte cronológico compreendido entre as décadas de 1950 e 1980? É nesse período que, concomitantemente à onda maciça de migração dos nordestinos para São Paulo e Rio de Janeiro, passa a ser reelaborada efetivamente a imagem do cangaceiro no cinema, nas artes e, sobretudo, na literatura popular. Dessa forma, a figura do cangaceiro, concebida predominantemente pela historiografia a partir das suas ações de violência, saques e torturas gratuitas, é reformulada por uma abordagem que enfoca também seus atributos de coragem, valentia e macheza. Por fim, temos como protagonistas heróis-vilões “humanizados”, detentores de qualidades e defeitos, assim como os leitores do cordel, que tem na leitura das histórias da sua região a oportunidade de se manter próximo a “terra natal”. Apresentado os contornos que buscarei delinear nesse trabalho, é fundamental, no

próximo item, destacar o cenário político-social do Nordeste, possibilitando assim uma melhor compreensão do contexto que permite a efervescência dos discursos regionalistas.

## O Nordeste

Como dito anteriormente, a apresentação da região tratada nesse trabalho é fundamental para tornar compreensível o contexto responsável pela emergência dos discursos regionalistas e do fenômeno cangaço. Como considero inviável ressaltar toda uma região, em suas especificidades e complexidade, num só trabalho historiográfico, farei referência às principais características do Nordeste que estão imbricadas com o objeto que tenho como pretensão desenvolver nessa pesquisa. Dessa forma, buscarei abordar objetivamente o sertão nordestino, considerado em sua dualidade com o distante litoral (ABREU, 1985), como um dos vários “Nordestes” que constituem o Brasil (OLIVEIRA, 1981).

Quando se aborda o Nordeste é imprescindível destacar seus principais traços, que diferente de uma abordagem apoiada na estereotipia, revelam uma sociedade hierarquizada, tradicional, agrária e patriarcal. Nesse sentido, a partir da abundante mão de obra na região temos, por um lado, famílias com alguma posse de terra, para que pudessem criar animais e cultivar alimentos necessários à subsistência. Por outro lado, é comum um considerável número de famílias dependentes do poder coercitivo dos proprietários de terras e coronéis. Responsabilizando a dificuldade de acesso à terra, por parte das famílias menos abastadas, ao quadro de isolamento e ignorância da população sertaneja, Rui Facó argumenta:

Foi ainda o monopólio de terra que nos reduziu ao mais lamentável atraso cultural, com o isolamento, ou melhor, o encarceramento em massa das populações rurais na nossa hinterlândia, e que chamamos Sertão, estagnada por quatro séculos. Analfabetismo quase generalizado. Ignorância quase completa do mundo exterior, mesmo o exterior ao sertão, ainda que nos limites do Brasil (FACÓ, 1965: 17).

Considerando a força econômica e política desses coronéis em nível regional, é imprescindível o destaque a um dos principais fenômenos desse “Nordeste Sertanejo”: o Coronelismo.

Definida como “um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis” (CARVALHO, 1997), me refiro a uma prática política excludente e tirânica responsável pela gradual concessão de poder aos chefes políticos locais. É nesse contexto que a população menos abastada passa a ser tida como “massa de manobra” nas mãos de uma cultura política corrupta. Daí pode ser enfatizada a efervescência de outras práticas, tratadas aqui como consequência da força coercitiva dos grandes proprietários de terras: o mandonismo e o clientelismo. Dessa forma, analisando o Coronelismo temos uma

prática política que reflete diretamente no nível social, evidenciando uma pluralidade de contextos acerca da investigação de uma dada região.

No que concerne ao Nordeste semiárido, que aqui nos interessa na percepção de uma sociedade tradicional, é imprescindível a relevância do fator climático, sintetizado pela seca. Retomando o que foi mencionado anteriormente, farei referência a esse tema regional a partir do tratamento de uma característica da região, e não sob um olhar estereotipado que inverte o *status* da seca como fenômeno climático em detrimento de uma abordagem que a percebe como “sujeito das mazelas sociais do território nordestino e parâmetro para suas soluções” (CASTRO, 2001: 133).

Dando a esse fator climático a responsabilidade da crescente situação de miséria no seio da população sertaneja no Nordeste, a autora Maria Isaura Pereira de Queiroz esmiúça a conexão entre o aspecto climático e social. A partir da seguinte consideração podemos repensar sobre a importância da seca na conformação dos hábitos e costumes do nordestino: “Se as chuvas não apareciam de Dezembro a Março, durante o ‘inverno’ sertanejo, se eram minguados e muitos breves, o período seco se estendia sem descontinuidade, durante o ano completo, até o mês de Dezembro seguinte” (QUEIROZ, 1986: 17).

Tratando igualmente o fator climático, Frederico Pernambucano de Mello busca apresentar como a seca se estabelece no Nordeste, assim como elaborar as principais causas geográficas responsáveis pelo quadro semiárido no sertão:

O semiárido sertanejo, com as suas médias variando por subáreas entre os 26 e os 28 graus centígrados, apresenta as temperaturas mais elevadas do país. Estação seca prolongada, exacerbada por ventos fortes e igualmente secos, aliada à insolação direta sobre o solo pouco espesso, por conta da cobertura vegetal, e à proximidade do Equador, eis a fórmula de obtenção dessas temperaturas infernais (MELLO, 2004: 52).

Por fim, os debates em torno do Federalismo no início do século XX se configuram como importante abertura para se pensar a emergência dos discursos acerca de uma identidade regional nas décadas posteriores. Mesmo que tendo seu foco para fora do Nordeste, as discussões sobre Federalismo são essenciais para se pensar uma forma de contestação da hipertrofia do Poder Executivo. Tendo em suas propostas não apenas a descentralização política e a redistribuição dos poderes entre a “polis”, mas, sobretudo, a diminuição do tamanho do governo central, essa reivindicação política coincide diretamente com a efervescência das disputas intelectuais entre “estadualistas” e regionalistas. Opondo-se as prerrogativas que buscam uma maior autonomia dos estados federativos como alternativa

para o fortalecimento da unidade nacional, a proposta regionalista é sintetizada por Gilberto Freyre nas seguintes palavras:

O conjunto de regiões é que forma verdadeiramente o Brasil. Somos um conjunto de regiões antes de sermos uma coleção arbitrária de “estados”, uns grandes, outros pequenos a se guerrearem economicamente num jogo perigosíssimo para a unidade nacional. Regionalmente é que deve o Brasil ser administrado (FREYRE, 1955: 18).

Dessa forma, a notoriedade política que alcançou os debates acerca do Federalismo no início do século XX, mesmo que percebida pelos regionalistas como forma de separatismo a ser superado, configuram-se como importante aspecto que permite uma contestação da hipertrofia do governo central. É nesse sentido que o valor da região passa a ser considerado dentro do quadro do cenário intelectual nacional. Contudo, como se dá a definição dos conceitos de *região* e *regionalismo* a partir do que é tratado nesse trabalho? Esse é o objeto de discussão do próximo item.

### **Região e Regionalismo**

Antes de adentrar na emergência dos discursos regionalistas que se deu nas décadas de 1920 e 1930, por meio do viés tradicionalista *Freyreano* e pela apresentação dos “romances de trinta” na literatura, tratarei aqui como o conceito região e regionalismo é tratado. Para isso, a contribuição de Sandra Jatahy Pesavento, Durval Muniz de Albuquerque, Rosa Maria Godoy Silveira e Gilberto Freyre se configura como imprescindível.

No que se refere a essa conceituação, e tratando uma suposta divisão simbólica entre um Sul modernizado e industrializado e um Norte arcaico e agrário, a autora Rosa Maria Godoy Silveira destaca a existência desses “Dois Brasis” (SILVEIRA, 1984: 29). A partir dessa forma de lidar com as desigualdades internas no país, Silveira ressalta a emergência dos discursos regionalistas como uma reação às crescentes influências externas que ameaçava um Nordeste tradicional. Em outras palavras, “a ideologia regionalista, tal como surge é, portanto a representação da crise do espaço do grupo que a elabora” (SILVEIRA, 1984: 17).

Como sucessor das concepções de Silveira e partindo do pressuposto que o Nordeste é uma invenção, Albuquerque define *região* como “produto de uma operação de homogeneização, que se dá na luta com as forças que dominam outros espaços regionais” (ALBUQUERQUE, 1999: 26). Sendo assim, a região é simbolizada como um espaço aberto e móvel que se forma a partir de aspectos conflitantes com outros espaços regionais, sendo incorreto então tratá-la como uma unidade que contém uma diversidade. Em outras palavras, “definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com

certa regularidade, em diferentes discursos, diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la como uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza” (ALBUQUERQUE, 1999: 24). Nesse mesmo sentido, articulando o conceito de região e regionalismo, o autor faz referência ao regionalismo como não só uma ideologia de classe dominante de uma dada região, mas como um conceito que “se apóia em práticas regionalistas, na produção de uma sensibilidade regionalista, numa cultura, que são levadas a efeito e incorporadas por várias camadas da população e surge como elementos dos discursos desses vários segmentos” (ALBUQUERQUE, 1999: 28). Assim, é no seu próprio discurso que a região é encenada, produzida e pressuposta.

Seguindo essa linha conceitual proposta por Albuquerque que entende a região como produto de um discurso ou representação, em sua obra sobre o Sul do Brasil, Sandra Jatahy Pesavento propõe uma conceituação que pode ser aplicada a toda e qualquer região do Brasil. De forma abrangente e objetiva, a autora define região como “comunidades simbólicas de sentido que operam no âmbito do imaginário” (PESAVENTO, 2003: 209), onde tais comunidades “correspondem a um sistema de representações sociais, construídas historicamente e que se expressam por discursos, imagens e práticas” (PESAVENTO, 2003: 209), formulando um padrão de identidade que produz uma sensação de pertencimento por meio de uma coesão social.

Por fim, a definição proposta por Gilberto Freyre oferece importante ponto de partida para uma maior compreensão das matrizes difundidas pela vanguarda tradicionalista regionalista. Considerado como principal idealizador desse movimento intelectual, Freyre define regionalismo como “um esforço no sentido de dignificar certa atividade criadora local, desembaraçando o que há de pejorativo e ‘provinciano’ de qualidades e condições geográficas” (FREYRE, 1926 apud. FREYRE, 1996: 110). Dessa forma, considerando uma possível harmonia entre o antigo e o moderno, o intelectual adverte somente para as influências que ameaçavam ou descaracterizavam a faceta de uma região baseada nos seus valores tradicionais.

A partir dessa apresentação conceitual acerca desses conceitos que norteiam este trabalho, se configura como oportuno analisar como o discurso regionalista tradicionalista se configura como fundamental para a constituição do nordestino como sujeito fiel as suas tradições culturais. Para isso, direcionaremos nosso enfoque para as principais propostas de Freyre, este responsável diretamente pela fundação do Centro Regionalista do Nordeste e realização do congresso, onde teria sido supostamente lido o Manifesto Regionalista.

## Regionalismo Tradicionalista

Na apresentação da emergência do Regionalismo Tradicionalista é fundamental atentar para os dados biográficos do seu principal precursor, Gilberto Freyre. Visto que é somente após o seu retorno dos Estados Unidos que o mesmo percebe a gradual descaracterização do seu Nordeste de origem. Assim, não devemos desconsiderar, a partir do principal argumento do sociólogo Norbert Elias, o papel do indivíduo na sua incessante relação com a sociedade na qual ele está inserido (ELIAS, 1994).

Tratando a trajetória de vida desse célebre intelectual brasileiro, faço referência a um pernambucano que vive sua infância em Recife, transferindo-se para os Estados Unidos ainda aos dezoito anos. Distante da sua terra natal, o intelectual consolida sua trajetória profissional matriculando-se na Universidade de Baylor e iniciando sua colaboração no *Diário de Pernambuco*. Nesse momento de sua vida, torna-se evidente sua preocupação em se manter integrado ao que acontece em sua região natal. Em seus artigos escritos para o *Diário de Pernambuco*, Freyre esboça seus principais incômodos com o padrão de vida norte-americano, marcado pelo discurso excessivamente democrático, materialismo, individualismo e acentuada modernização. Essa repulsa ao modelo característico dos Estados Unidos é destacada por Antônio Paulo Rezende no seguinte trecho: “O seu individualismo não o empolgava, como não lhe parecia nada simpático a maneira como ele tratava a questão racial, nem tampouco os exageros da democracia americana.” (REZENDE, 1997: 149)

Freyre não se mostra muito simpático com as invenções modernas ou os possíveis exageros da modernização, a rapidez acentuada das mudanças, o materialismo excessivo que atravessa os projetos dos homens encantados com o reino das mercadorias (REZENDE, 1997: 145).

Em seu retorno a Recife, cinco anos após sua ida aos Estados Unidos, Freyre constata a gradual descaracterização da sua terra natal. Muitas mudanças haviam transformado sua região num espaço semelhante ao território norte-americano e europeu tão criticado por ele. Seu ressentimento ao processo de transformações que se deram no Nordeste, sobretudo em Recife, é exemplificado em poucas palavras numa das suas publicações para o *Diário de Pernambuco* no ano de 1924: “Eu por mim já me sinto um tanto estrangeiro no Recife de agora. O meu Recife era outro” (FREYRE, 1924 apud. AZEVEDO, 1984: 129).

Nesse momento Gilberto Freyre já se vê envolvido numa luta ferrenha contra a crescente descaracterização dos valores tradicionais do Nordeste. Sua posição tomada publicamente rende ao mesmo a adesão de simpatizantes, que o guiam na fundação do Centro Regional, e a antipatia de opositores, que o intitulam de “saudosista”, ou mesmo o julgam por



seu “pedantismo” e “reclamismo”. Definida a estratégia de reação aos processos de modernização introduzidos em sua cidade natal, o sociólogo se lança a amadurecer sua proposta a partir da cooperação de adeptos a sua concepção. Nesse sentido, é errôneo compreender o movimento Regionalista Tradicionalista como a vanguarda de um só homem, mas sim a partir do apoio de outros intelectuais que tornaram possível a fundação do Centro Regionalista do Nordeste, no ano de 1924. A gratidão de Freyre, tido como fundador do Centro, é destacada em suas próprias palavras, em que atribui a idealização do projeto a Odilon Nestor. Dirigindo-se a Nestor, Freyre reconhece:

Há doze anos foi você que fundou em sua casa de Paissandu, sem medo do ridículo, em volta de uma mesa de chá de sequilho e bolo de goma, aquele saudoso ‘Centro Regionalista do Nordeste’ para defesa das tradições regionais; Centro que um dia será talvez considerado histórico (FREYRE, 1941: 263).

Organizado por Odilon Nestor, Amauri de Medeiros, Alfredo Freyre, Antônio Inácio, Moraes Coutinho e Gilberto Freyre, o Centro Regionalista é responsável pela paulatina maturação de uma proposta que se sustenta como a “defesa das tradições e dos valores locais, contra o furor imitativo” (FREYRE, 1924). O maior resultado desses esforços é alcançado no ano de 1926 com a realização do Primeiro Congresso Regionalista, onde teria sido lido por Gilberto Freyre o principal manual das matrizes regionalistas: O Manifesto Regionalista.

Concebida como o manual das matrizes do Regionalismo Tradicionalista, de autoria de Freyre, sua suposta leitura no ano de 1926 se configura como ponto principal de disputa intelectual entre esse regionalismo recifense e os modernistas paulistas. De um lado, os paulistas contestam a leitura do Manifesto Regionalista no ano referido, considerando essa alegação como uma estratégia voluntária do intelectual pernambucano proclamar-se inspirador da renovação literária na década de 1920 (INOJOSA, 1981: 27-28). Por outro lado, Freyre contra-ataca definindo como modernistas “todos os intelectuais e as práticas culturais que tendem transformar o Brasil numa área sub-européia de cultura e ocidentalizar seus costumes” (FREYRE, 1987 apud. ALBUQUERQUE, 1999: 89). No entanto, acusando o modernismo paulista de movimento desnacionalizador, o intelectual pernambucano distingue o que é “moderno” de “modernista”, considerando o Regionalismo Tradicionalista como moderno no sentido apenas de mudança de forma, ou seja, como uma vanguarda que não ameaça a caracterização original de um dado espaço regional.

Após essa breve apresentação de como se deu a emergência do movimento tradicionalista, atento para o fato de que as matrizes propostas por Gilberto Freyre não foram

as únicas desenvolvidas num momento histórico sintetizado em disputas intelectuais e ideológicas. No intento em apresentar os temas regionais do Nordeste sob forma de denúncia, a literatura se configura como outro importante meio de difusão da realidade nordestina.

### **Literatura Regionalista**

A literatura regionalista, também conhecida como “romance de trinta”, se aproxima da vanguarda *Freyreana* em seu viés tradicionalista. Mas como essas histórias ficcionais realçam nos seus conteúdos tradicionais? Na apresentação dos temas regionais, a exemplo da seca, cangaço, beatismo e coronelismo, a literatura regionalista torna explícito seu viés de denúncia do quadro de abandono que sofre o Nordeste por parte das autoridades políticas. Nesse contexto, o valor tradicional, assim como na proposta de Gilberto Freyre, é apresentado na crítica à crescente influência externa exercida por São Paulo e Rio de Janeiro, responsável pela mudança dos costumes tradicionais enraizados na região. No que se refere à apresentação desse quadro que revela os valores regionais e carrega o peso da dissonância entre tradição e modernização, Durval Muniz de Albuquerque destaca:

O chamado ‘romance de trinta’ institui como ‘temas regionais’: a decadência da sociedade açucareira; o beatismo contraposto ao cangaço; o coronelismo com seu complemento: o jagunço e a seca como a epopeia de retirada. Esses temas, presentes na literatura popular, nas cantorias e desafios, no discurso político das oligarquias, foram agenciados por essa produção literária tomando-os como manifestações que revelariam a essência regional (...) Além de impressionarem, de chamarem a atenção dos leitores de classe média e das grandes cidades, esses temas permitiam calcar a própria ideia de Nordeste no pólo oposto da modernização capitalista (ALBUQUERQUE, 1999: 120).

Sob o risco de ser anacrônico, mas considerando a importância do estabelecimento de analogias nos estudos históricos, é possível mencionar as possíveis semelhanças entre a sociedade tradicional nordestina e a cultura tradicional da plebe descrita por E.P Thompson. Assim como na literatura regionalista, em que a introdução de técnicas de modernização vindas de São Paulo e Rio de Janeiro é percebida como uma das razões de parte dos males sociais do Nordeste, o historiador britânico, em sua análise do caso da cultura conservadora plebeia, descreve o “progresso” sob o viés de exploração, como pode ser constatado no seguinte trecho:

A cultura conservadora da plebe quase sempre resiste, em nome do costume, às racionalizações e inovações da economia que os governantes, os comerciantes ou empregadores querem impor. A inovação é mais evidente na camada superior da sociedade, mas como ela não é um processo tecnológico/social neutro e sem normas (“modernização”, “racionalização”), mas sim a inovação do processo capitalista, é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos de usos costumeiros, ou a destruição violenta de padrões valorizados de

trabalho e lazer. Por isso a cultura popular é rebelde, mas o é em defesa dos costumes (THOMPSON, 1998: 19).

Antes de adentrar na apresentação do cangaço na literatura de cordel é necessário ressaltar a forma que o cangaço é representado nessa literatura regionalista. Essa representação, produzida próximo ao período de atuação dos famigerados cangaceiros do Nordeste, pode ser encarada como um esboço de “positivação” e romantização da figura do cangaceiro. Nesse sentido, a recorrência ao banditismo no “romance de trinta” parte da utilização da sua imagem como um homem que se opõe ferrenhamente contra as imoralidades dos mais poderosos, refletindo um Nordeste a partir de um quadro de degeneração social. Em outras palavras, o cangaceiro é representado como um justiceiro que é produto de novas relações sociais, consequência da influência de novas tendências modernizadoras, responsáveis pelo cenário de conflito e descaracterização dos modelos tradicionais consolidados na região. Em referência a essa faceta tradicionalista do cangaceiro e relacionando sua figura às habituais correntes modernizadoras no Nordeste, Durval Muniz de Albuquerque apresenta objetivamente como o cangaceiro é tratado na literatura regionalista:

Estes romances tradicionalistas e outras manifestações culturais por eles influenciados procuram mostrar, além das condições sociológicas de surgimento do cangaceiro, a degenerescência moral advinda das novas relações sociais, abordarão o cangaço muitas vezes como um ‘destino’, uma determinação dos céus. Os cangaceiros seriam vingadores de Deus contra as imoralidades praticadas pelos poderosos, seria uma rebelião contra as injustiças e a vida feia e pequena; uma procura pela morte gloriosa e honrada, demonstração de coragem. (...) O cangaceiro é tomado como símbolo de luta contra um processo de modernização que ameaçava descaracterizar a “região”, ou seja, ameaçava pôr fim à ordem tradicional da qual faziam parte (ALBUQUERQUE, 1999: 126).

Vale ressaltar que esse discurso acerca da imagem do cangaceiro na literatura regionalista será apropriado pela literatura de cordel a partir da década de 1950, contribuindo assim para o reconhecimento do cangaceiro como símbolo regional, ou seja, como indivíduo imprescindível para a afirmação de uma identidade baseada na defesa dos valores tradicionais e na conformação do nordestino como homem de fibra, de coragem e de força. Desse modo, podemos perceber a partir dessa reformulação da imagem dos cangaceiros nos cordéis um suposto resgate dos principais elementos constituintes no discurso regionalista difundidos nas décadas de 1920 e 1930.

O tratamento dado ao cangaço pela literatura de cordel será objeto de análise do item seguinte, possibilitando a compreensão de como indivíduos, caracterizados em periódicos como facínoras e assassinos, passam a ser tidos como responsáveis pela constituição de uma identidade regionalista no Nordeste.

## O Cangaço na Literatura de Cordel

Partindo do pressuposto que o cangaceiro é representado no cordel como um indivíduo ambíguo, ou seja, como um herói-vilão, é imprescindível buscar as principais razões que levam o leitor a conceber esses homens como símbolos regionais. No intento de compreender essa identificação que se institui entre quem lê e quem é lido, é imprescindível se remeter ao instrumento responsável por essa afinidade: a literatura de cordel.

Tendo sua origem em terras ibéricas no século XVI e se instalando em Salvador no século XVIII, o cordel é assim designado devido a sua comercialização em cordas e barbantes. Dessa forma, temos na sua acessibilidade um dos principais fatores que dão ao cordel o *status* de popular, visto a venda dos seus folhetos em feiras públicas e festejos locais. Nesse sentido, temos a partir da predisposição do Nordeste absorver diferentes influências a possibilidade da região se configurar como um ambiente social propício para a difusão da poesia popular através das cantorias em grupo e da forma escrita. Em outras palavras, as peculiaridades do Nordeste, como região símbolo de diferentes etnias e culturas, constituem-se como fatores favoráveis ao “surgimento de grupos de cantadores como instrumento do pensamento coletivo, das manifestações da memória popular” (JÚNIOR, 1977: 4).

Constituída originalmente de ilustrações, conhecidas popularmente como xilogravuras (LUYTEN, 1992), a literatura de cordel tem em sua forma uma linguagem de fácil compreensão, composto de versos curtos e rimas, outro importante fator de aceitação e interesse do leitor. Num Nordeste em que grande parte da sua população é analfabeta, se configura como preponderante a estratégia do cordelista produzir versos que se aproximam de um “idioma nordestinês”. Dessa forma, “esse ‘falar nordestino’ se constitui na elaboração paulatina de uma língua imaginária, um sotaque imaginário que abarcaria o todo regional” (ALBUQUERQUE, 1999: 117), fornecendo assim uma linguagem estritamente regional.

Por fim, buscando compreender a concepção de literatura de cordel como instrumento popular, os temas tratados nesses versos populares se destacam como importante meio de instigação da curiosidade do seu leitor. Assim como a literatura regionalista, esses folhetos tinham como conteúdo o tratamento de temas comuns ao próprio nordestino, tais como a apresentação do nosso objeto aqui tratado: o cangaço. Nesse sentido, o papel do seu autor, por muitas vezes afetado pela crescente onda de migração para Rio de Janeiro e São Paulo, produz uma narrativa saudosista dos aspectos do seu passado recente em sua região natal. É a difusão dos elementos tipicamente nordestinos no cordel, compreendido como uma

“elaboração social da realidade” (DARNTON, 1986: 39), o objeto de interesse do seu leitor. Essa afinidade é apresentada por Campos no seguinte trecho:

São estórias que quebram a solidão do trabalhador rural, ajudando-o, ao mesmo tempo, a suportar a miséria atual, por um mecanismo de projeção que o identifica com os heróis da narrativa. Costumam ser lidos e relidos nos momentos de folga do trabalhador, por algum membro da família, por um amigo, ou qualquer pessoa da localidade que saiba ler. Na verdade, constituem esses livrinhos vendidos nas ‘feiras’ do Nordeste brasileiro, verdadeiros documentários de costumes da nossa gente rural. Neles estão registradas as impressões do povo a respeito de acontecimentos sucedidos no município, no Estado, em todo país. É a maneira de ver e analisar os fatos sociais, políticos e religiosos, da gente rude do interior nordestino, fotografada nas páginas dos folhetos, denunciando costumes, atitudes, preferências e julgamentos (CAMPOS, 1977: 10).

Apresentados esses dados que permitem compreender a identificação do leitor aos versos difundidos na literatura de cordel, buscarei a partir de então tratar como se dá a representação do cangaço nessa manifestação literária popular. Somente através da percepção da reelaboração da imagem do cangaceiro, responsável por sua ressignificação como indivíduo detentor de atributos, se torna possível compreender como esses homens se tornam sujeitos históricos imprescindíveis para a constituição de uma identidade regionalista no Nordeste.

No que concerne ao tratamento dado ao cangaceiro como herói-vilão, é necessário ressaltar o fato de que os bandoleiros, ao contrário do que muitos reproduzem, não são tratados nos cordéis como simples heróis ou bons moços. Abordam-se homens que apesar de terem suas qualidades de honra, coragem, macheza e valentia explícitas nas suas ações e façanhas, não deixam de serem bandidos em potencial, capazes de assassinar quem se colocasse em seus caminhos, ou de torturar os que violassem suas regras de condutas já consolidadas. A romantização da imagem desses homens parte do traço folclórico, por muitas vezes até satírico, da forma que suas ações são narradas, quebrando parcialmente a imagem “pesada” dos cangaceiros que violavam jovens mulheres, que faziam seus rivais comerem sacos de sal, penduravam inimigos em telhados pelos testículos, etc. Tratando especificamente a imagem do cangaceiro Lampião, a autora Sylvia Nemer confirma essa contradição de personalidades de um bandido-herói:

Anjo e Diabo, bom e cruel, vítima do destino e assassino por prazer, o cangaceiro é objeto de múltiplas representações. Imortalizado pela voz popular, tornou-se personagem de uma narrativa continuamente retomada: sua história não cessa de ser escrita, sua imagem de ser reelaborada (NEMER, 2005: 11-12).

Nessa estratégia de romantização da figura desses cangaceiros outros aspectos são tratados enfaticamente. Em sua predominância, respeitando as abordagens incomuns

dadas aos bandoleiros nesses cordéis, os cangaceiros eram representados como produto da miséria social, justificando a entrada desses homens na vida do cangaço. Nesse sentido, por muitas vezes os cangaceiros são mostrados como detentores de preocupação social, agindo como justiceiros e vingadores, ou seja, como homens que lutavam contra a opressão social e a opulência dos mais poderosos. Fazendo referência ao tratamento historiográfico dado ao cangaço, essa concepção se assemelha a de “Banditismo Social” (HOBBSAWM, 1976), em que o autor britânico remete ao cangaceiro, sobretudo Lampião, a orientação de suas ações a partir de preocupações sociais. Vale ressaltar que são inúmeras as proposições que o criticavam por não saber distinguir mito e realidade (CHANDLER, 1981: 266) e considerar o cangaço como movimento social (QUEIROZ, 1986: 13). Sem se opor explicitamente a Hobsbawm, mas se configurando como concepção contrária a ideia de “bandido social”, outra importante corrente explicativa acerca das ações dos cangaceiros é a de Frederico Pernambucano de Mello. A partir da tese de “Escudo Ético” o autor refuta qualquer preocupação social dos cangaceiros, e alega o argumento de vingança por esses como forma de legitimação das suas atitudes (MELLO, 2004: 126).

No que se refere a essa ênfase ao caráter de luta e resistência do cangaceiro, a autora Adriana Cordeiro Azevedo destaca os principais aspectos que propiciaram uma ressignificação do cangaço no Nordeste:

(...) No Nordeste, cangaceirismo é sinônimo de luta, de trabalho e mesmo de inteligência, em nada se relacionando com a prática de crimes vulgares, no procedimento de indivíduos que vivem marginalizados do convívio da comunidade. Daí as razões por que o cangaceirismo, às vezes, chega à admiração popular, tornando-se o cangaceiro um verdadeiro herói, definido como um bravo, um valente que se revela não só nas lutas armadas dos duelos sangrentos, mas em todas as atividades que necessitam de vigor humano, de decisão de caráter e de coragem cívica (AZEVEDO, 2004: 31).

A partir dessa ótica reproduzida no cordel acerca do caráter heroico do cangaceiro podemos ressaltar as contribuições desenvolvidas pela socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz. Na percepção da figura do cangaceiro não só como mito regional, mas como símbolo nacional, Queiroz atenta para uma nova elaboração da imagem dos cangaceiros que se deu a partir da década de 1950, esta marcada pela despreocupação com o que se chama de “verdade histórica”. Nesse sentido, a socióloga ressalta que o interesse na análise das construções simbólicas se distancia da preocupação com o que o cangaceiro realmente foi no seu tempo e no espaço, assim como registrados nas documentações e depoimentos existentes. No estabelecimento da singularidade da formação de símbolos, Queiroz destaca que “os símbolos são, antes de mais nada, brumosos e ambíguos. São estas condições, porém, que lhe

permitem captar e expressar os rumos essenciais e profundos do sentir coletivo” (QUEIROZ, 1986: 68).

Finalmente, no intento em ratificar os dados apresentados no decorrer desse trabalho, dentre tais o argumento que concebe os cangaceiros do cordel como símbolos, explicitarei alguns versos do cordel que sintetizam a abordagem romântica desses mitos regionais. No tratamento aos cangaceiros Corisco, Maria Bonita e Lampião, é explícita a recorrência ao caráter de coragem, audácia e valentia desses sujeitos históricos:

Assim foi como Corisco  
Lutou, vingou-se, correu,  
Matou, feriu, assaltou,  
Enfrentou briga, sofreu;  
Isso fez por ser valente,  
Deu trabalho a muita gente  
Até que por fim morreu  
(FILHO, 1986: 32)

Maria Bonita era,  
Mulher macho, sim, senhor,  
Porque na hora da luta  
Era a fera do terror,  
Era a cobra cainana  
Ou a tigre sussuarana  
Que todos tinham pavor  
(CAVALCANTE, 1983: 7)

Foi Lampião que lutou  
Por mais fortes ideais  
Contra todas injustiças  
Só para os bens sociais  
O Nordeste agradecido  
Não mais chama ele de bandido  
Conhecendo o seu cartaz  
(CAVALCANTE, 1982: 8)

No destaque aos versos do cordel como uma fusão da realidade e da ficção, podemos constatar nesses poemas populares a recorrência a personagens “inventados” como cangaceiros. Nesse caso, mantendo uma representação romântica acerca do cangaceirismo, Manoel D’Almeida Filho narra a trajetória de Pedro Armengol, um cangaceiro que se converte à vida eclesiástica. Nesse sentido, temos no seguinte cordel a ênfase numa suposta bondade e arrependimento desses bandidos, que influenciados negativamente por uma vida de misérias e privações, são capazes de se transformar em sujeitos dignos, distantes de um caminho de riscos e perigos. Essa característica romântica acerca da figura desses personagens fictícios, narrados como representantes do cangaço, é abordada nos seguintes versos:

Um dia caindo em si,  
Se converte o pecador;  
Exemplo: o Bom Ladrão,  
Que também foi malfeitor.  
E tantos outros que no céu,  
Têm honra e resplendor.

(...)

Para a total conversão  
Pedro viu duros momentos  
Pensando no seu passado  
Nos atos sanguinolentos  
Viu-se num mar de angústias  
Tentações e sofrimentos  
(FILHO, [195-]: 22)

Além da narração de qualidades e virtudes reais desses cangaceiros, eram recorrentes a alusão a aspectos lúdicos que serviam à distração e ao entretenimento do leitor, funcionando da mesma maneira como estratégia de romantização do cangaço e dos seus mais populares representantes. Nesse sentido, o exemplo dos versos escritos por Franklin Maxado se configura como emblemático. No verso a seguir é focado o diálogo de Lampião com uma turista americana, evidenciando um explícito choque de culturas em que o cangaceiro reproduz seu caráter estritamente tradicional:

Essa coisa de feminismo  
É arte de mulé feia  
Que não arranja home macho  
Para lhe meter a peia  
Assim pega outra mulé  
E então faz o que quer  
Com uma doutrina alheia

Comigo é que essas machona  
Não tem escolha ou vez  
Tem de fazer o que mando  
Senão eu ferro na tez  
Não quero cabelo curto  
Cortado no cucuruto  
Minissaia ou trajas gueis

Não quero tangas ou maiôs  
E nem calça apertada  
Muita pintura na cara  
Ou a blusa decotada  
Eu só quero a mulé feme  
Que a nenhum macho teme  
Para ficar saciada  
(MAXADO, 1981: 5)



Esses trechos são imprescindíveis para uma maior compreensão de como se dá a identificação e empatia do leitor da literatura de cordel aos principais atributos desses famigerados ícones cangaceirísticos. É dessa admiração que se torna possível a afirmação das principais matrizes difundidas pelos discursos regionalistas nas décadas de 1920 e 1930, reiteração essa responsável por sua constituição como identidade, visto a aceitação e consentimento popular dos valores tradicionais nordestinos.

Nesse sentido, encerro este artigo chamando a atenção para a percepção da imagem do cangaceiro, difundida no cordel entre as décadas de 1950 e 1980, como representação fundamental para a constituição do nordestino como indivíduo de resistência, coragem, valentia e bravura. Com efeito, podemos ressaltar, a partir do reconhecimento dos cangaceiros como mitos, isto é, como símbolos regionais, o recrudescimento de um sentimento de pertença por parte dos nordestinos. Desse modo, as façanhas e aventuras desses representantes da história do Nordeste brasileiro passam a se configurar como narrativas indispensáveis para a emergência do orgulho de ser nordestino.

### **Considerações Finais**

Reconhecendo a cultura como um sistema de signos e significados criados pelos grupos sociais (GEERTZ, 1978), ou seja, privilegiando os empréstimos entre uma História Cultural e Social, esse trabalho espera ter contribuído para uma maior compreensão da importância das manifestações populares na reiteração de propostas tidas como eruditas. Nesse caso, ciente da possibilidade criativa de diferentes segmentos sociais, e negando uma hierarquização social na produção de saberes, me remeto à concepção de Chartier na qual são considerados os empréstimos entre o popular e o erudito (CHARTIER, 1995). No entanto, no que concerne a essa pesquisa, é imprescindível o reconhecimento das especificidades dessas diferentes modalidades que são passíveis de interação.

A partir da apresentação de como se deu a constituição e reiteração do “espírito regionalista” no Nordeste, espero ter alcançado, através da minha tarefa como historiador, o objetivo de “reconstituir as variações que diferenciam os ‘espaços legíveis’ e as que governam as circunstâncias de sua efetuação” (CHARTIER, 1999: 12). Para isso, no desenvolvimento deste artigo foi necessário me advertir sobre os perigos das generalizações, anacronismos e influências individuais, na produção de uma pesquisa historiográfica que se pretende viável e legítima.

Por fim, faço menção aos existentes obstáculos de se pesquisar a região Nordeste. Não pretendo aqui buscar culpados ou algozes para esse problema, mas anseio ter

contribuído para um maior estreitamento dos estudos históricos nacionais. Reconhecendo o movimento constante da História, espero que os objetos aqui tratados possam dar origem a novos conhecimentos, sobretudo aqueles que partilhem da concepção acerca das especificidades e possíveis trocas culturais entre as diferentes regiões do Brasil.

## Fontes

### Cordéis:

CAVALCANTE, Rodolfo Coelho. *Lampião não era tão Cão como se Pinta*. [s.l] [s.e], 1982.

CAVALCANTE, Rodolfo Coelho. *Maria Bonita – Mulher Macho, Sim, Senhor*. [s.l] [s.e], 1983.

FILHO, Manoel D’Almeida. *De Cangaceiro a Santo*. São Paulo: Ed. Prelúdio, [195-].

\_\_\_\_\_. *Vida, Vingança e Morte de Corisco*. São Paulo: Editora Luzeiro, 1986.

MAXADO, Franklin. *Debate de Lampião com uma Turista Americana*. São Paulo: [s.n.], 1981.

### Periódicos:

FREYRE, Gilberto. *Diário de Pernambuco*, 20 de Abril, 1924.

\_\_\_\_\_. *Diário de Pernambuco*, 7 de Fevereiro, 1926.

\_\_\_\_\_. Do Bom e do Mau Regionalismo. *Revista do Norte*, nº5, Outubro, 1924.

## Referências Bibliográficas

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. Recife: Editora Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

AZEVEDO, Adriana Cordeiro. *Cordel, Lampião e Cinema na Terra do Sol*. Rio de Janeiro: Ferreira Studio, 2004.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes. *Modernismo e Regionalismo: Os Anos 20 em Pernambuco*, João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

BHABHA, Homi. *Local da Cultura*. B.H.: UFMG, 1998.

CAMPOS, Renato Carneiro. *Ideologia dos Poetas Populares do Nordeste*. 2. ed. Recife: MEC, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. Dados. Rio de Janeiro, v.40, n.2, 1997.

CARVALHO, Alba M. P. de. *As Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo: Relação Estado-Sociedade*. Natal: UFRN, 2002.

CASTRO, Iná Elias de. “Natureza, Imaginário e Reinvenção do Nordeste”. In: CORREA, R.L.; ROSENDHAL, Z. (orgs.) *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

CHANDLER, Billy Jaynes. *Lampião – O Rei dos Cangaceiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros: Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa entre os Séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. *Cultura Popular: Revisando um Conceito Historiográfico*. In: *Estudos Históricos*, vol.8, n.16, Rio de Janeiro, 1995.

DARNTON, Robert. *O Grande Massacre dos Gatos e Outros Episódios da História Cultural da França*. 4. ed. São Paulo: Graal, 1986.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista*. Os Cadernos de Cultura. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e da Cultura, Serviço de Documentação, 1955.

\_\_\_\_\_. *Região e Tradição*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1941.

\_\_\_\_\_. *Vida, Forma e Cor*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HOBBSAWM, Eric J. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

INOJOSA, Joaquim. *Sursum Corda!* Rio de Janeiro: Olímpica, 1981.

JÚNIOR, Manuel Diegues. “Literatura de Cordel”. In: Sebastião Nunes Batista. *Antologia da Literatura de Cordel*. Natal: Fundação José Augusto, 1977.

LESSA, Renato. “A Invenção da República do Brasil: Da Aventura à Rotina”. In: Maria Alice Resende de Carvalho (Org.) *República do Catete*. Museu da República, Rio de Janeiro, 2001.

LUYTEN, Joseph Maria. *O Que É Literatura Popular*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

MELLO, Frederico Pernambuco de. *Guerreiros do Sol: Violência e Banditismo no Nordeste do Brasil*. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

NEMER, Sylvia Regina Bastos. *A Função Intertextual do Cordel no Cinema de Glauber Rocha*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste e Conflitos de Classe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História Cultural: Experiências de Pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *História do Cangaço*. 2. ed. São Paulo: Global, 1986.

REZENDE, Antônio Paulo. *(Des)encantos Modernos: Histórias da Cidade de Recife na Década de 1920*. Recife: FUNDARPE, 1997.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O Regionalismo Nordestino: Existência e Consciência da Desigualdade*. São Paulo: Editora Moderna, 1984.

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.